

Negociação 2009/2011

Sindicato assina CCT da Educação Básica

SAEP fecha convenção coletiva por dois anos para Educação Básica e inicia Campanha de Reivindicações deste ano para Ensino Superior



Diretores do SAEP em mesa de negociação com representantes do sindicato patronal

Fechada a Convenção 2009, travada pelos patrões até fevereiro, foi assegurado ao trabalhador que, a partir de 1º de maio passado, o piso da categoria é de R\$ 516, até 30 de abril de 2010. A partir de 1º de maio de 2010 o piso sobe para R\$ 550, com abono em agosto e outro em fevereiro de 2011.

Página 3

Ensino Superior

O Sindicato defende recomposição plena do INPC, reajuste salarial de 12%, abono e piso salarial de R\$ 840 para jornada de 40 horas semanais.

Página 3

OPINIÃO

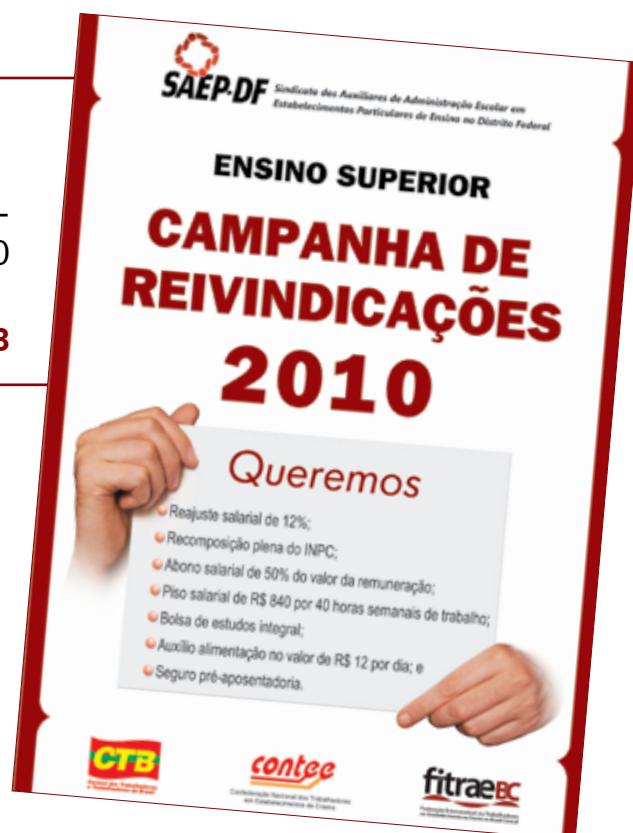
Um olhar sobre a crise política no DF. Co-responsabilidade dos eleitores

Página 4

CONAE

1ª Conferência da Educação aprova cotas e debate financiamento

Página 4



Editorial

A representação dos trabalhadores

O próximo presidente da República, independentemente de quem seja, dificilmente terá a mesma afinidade de Lula com o movimento sindical, fato que irá exigir uma forte representação dos trabalhadores no Parlamento para fazer a mediação entre as autoridades públicas e a classe trabalhadora e entre esta e as classes empresariais, nos momentos de conflitos.

A relação de proximidade do presidente com os movimentos sociais, em geral, e com o sindical, em particular, trouxe enormes benefícios para os trabalhadores.

O presidente Lula mudou o modelo na relação entre o Governo e o movimento sindical, substituindo uma prática autoritária por um sistema de diálogo, com a inauguração de espaços de debate e negociação, tanto no âmbito das relações de trabalho do setor privado,

quanto do setor público. Colocou em prática, antes mesmo da legalização das centrais, a governança participativa, com a garantia de presença da representação dos trabalhadores em todos os espaços em que temas de interesse fossem objeto de discussão ou deliberação.

Nos próximos anos, mesmo que seja eleita a candidata do presidente Lula, não há garantia de fácil acesso ao poder, como existe no Governo Lula, nem tampouco a certeza de respeito empresarial e dos outros níveis de governo – estados e municípios – aos pleitos da classe trabalhadora.

Por isso, é fundamental eleger parlamentares – deputados federais e distritais e senadores – para mediar conflitos, intermediar demandas e criar condições para as saídas negociadas para os impasses, sob pena de voltarmos no tempo e sem a interlocução que o movimento sindical sempre teve no governos Lula.

A atual bancada sindical, apesar de pequena, reagiu às investidas do neoliberalismo no Congresso, como a aprovação da Emenda 3, vetada pelo presidente da República, e foi pró-ativa na luta pelo aumento real do salário mínimo, no arquivamento do

projeto de flexibilização da CLT, na defesa de aumentos reais do salário mínimo e dos aposentados, na atualização da tabela do imposto de renda, no apoio ao reajuste dos servidores e na luta pela eliminação do fator previdenciário.

Uma bancada do tamanho da atual, ainda que

com a mesma combatividade, não dará conta dos desafios de uma conjuntura diferente da vivenciada no segundo mandato do presidente Lula.

Assim, esse será o desafio do movimento sindical nas eleições de 2010. Renovar o mandato dos atuais e eleger novos aliados dos trabalhadores – para o Congresso e a Câmara Distrital – preferencialmente candidatos comprometidos com a classe trabalhadora e com experiência sindical, seja para dar sustentação a um governo democrático e popular, seja para enfrentar conjunturas adversas.

Uma bancada do tamanho da atual, ainda que com a mesma combatividade, não dará conta dos desafios de uma conjuntura diferente da vivenciada no segundo mandato do presidente Lula

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

SAEP se reúne com trabalhadores da Católica

Sindicato faz campanha de sindicalização na UCB, Triângulo e Inei

Dando continuidade aos trabalhos da campanha de sindicalização do SAEP, a diretoria do Sindicato se reuniu, no dia 6 de abril, com mais de 150 auxiliares de administração escolar da Universidade Católica de Brasília (UCB), no auditório do campus da UCB.



Foram quase duas horas de debate em torno da Campanha de Reivindicações 2010 do ensino superior, Campanha de Filiação, taxa assistencial, Banco de Horas, representação sindical e negociação da convenção coletiva de trabalho (CCT).

A pauta da Campanha de Reivindicações deste ano foi discutida no encontro e aprovada pelos trabalhadores.

TRIÂNGULO

Sindicato recebe novos filiados do Colégio Triângulo, do Recanto das Emas, e parabeniza os auxiliares pela consciência política de contribuir para o fortalecimento de nossa entidade, que luta para garantir melhores condições de trabalho e salário para categoria.

É louvável, também, a ati-

tude dos auxiliares do colégio, que já estavam filiados, por se manterem sindicalizados ao SAEP, fazendo com que o Sindicato aumente sua representatividade e assegure o cumprimento dos direitos trabalhistas dos auxiliares.

INEI

Trabalhadores do Colégio Inei e a diretoria do SAEP se reuniram, na dia 26 de março, no Lago Sul, para debater sobre os trabalhos do Sindicato no sentido de avançar na luta pela conquista de direitos da categoria.

A reunião, que durou mais de duas horas e filiou vários trabalhadores, tratou da convenção coletiva de trabalho, taxa assistencial, banco de horas, horas extras e direitos trabalhistas.


EXPEDIENTE

SCS, Q. 1, Bl. K, Sl. 202
Ed. Denasa, Brasília-DF
CEP: 70398-900

Telefone:
(61) 3034-8685 / 8687
Fax: (61) 3034-8688
E-mail:
atendimento@saepdf.org.br
Site: www.saepdf.org.br

DIRETORIA

Presidente:
Maria de Jesus da Silva

Flávio César de Oliveira
Miguel Augusto Júnior
Idenes de Jesus Cruz
Edimar de Souza Lopes
Jeferson de Souza Silva
Milton de Lima Ribeiro

Willian Martins de Souza
José Marcelo Martins
Valcirene Pereira Dias
Marilene Nascimento
Ozair Nunes Rosa
Wagner dos Reis Ferreira da Silva
Merilene Pinheiro
Carlos Alberto Rodrigues
José Edvaldo dos Santos
Mário Souto Lacerda

Edição: Marcos Verlaine
Jornalista responsável:

Daiana Lima

Diagramação:

F4 Comunicação

Impressão: Stephanie Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 5 mil exemplares

Educação básica

CCT 2009/2011: piso sobe para R\$ 550 em 1º de maio

Após longo período de negociação e luta para garantir melhores condições de trabalho e salário dos auxiliares de administração escolar da educação básica - ensino infantil, fundamental e médio - a diretoria do SAEP fecha Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2009/2011.

A reunião aconteceu no dia 24 março, na sede do Sinepe (Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal), com a comissão de negociação que representa os empregadores.

As discussões da pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2009 da categoria iniciou-se em maio do ano passado, quando os patrões rejeitaram a proposta encaminhada pelo SAEP, e se recusavam a repor integralmente o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que

recompunham as perdas do período.

Foram realizadas várias reuniões para destravar as negociações e o SAEP conseguir fechar uma CCT que não trouxesse perdas para o segmento.

CONVENÇÃO 2009

Na negociação, ficou assegurado ao trabalhador, que a partir de 1º de maio de 2009, o piso da categoria é de R\$ 516,71, vigente até 30 de abril de 2010.

As instituições de ensino têm até o mês de abril deste ano para pagar o retroativo a todos os trabalhadores. Isto é, a diferença salarial relativa ao período de maio de 2009 a janeiro de 2010.

Piso 2010

A partir de 1º de maio de 2010, data base da categoria, o piso salarial subirá para R\$

550. Este piso vigorará até 30 de abril de 2011.

No caso de aumento do salário mínimo e o valor deste superar o piso salarial da categoria, fica assegurado que o piso não poderá ser inferior ou igual ao valor do mínimo.

Neste caso, o piso da categoria a ser estabelecido para o período posterior à data-base de 2011 não será inferior ao valor do salário mínimo mais 5%.

SALÁRIO ACIMA DO PISO

Para todas as faixas salariais acima do piso, ficou acertado a recomposição da inflação com reajuste de 5,83%, a partir de 1º de maio de 2009 até 30 de abril de 2010.

Em 1º de maio de 2010, será aplicado o reajuste com base no INPC dos últimos 12 meses mais 1% de ganho real. Além do abono a ser pago em agosto de 2010 e fevereiro de 2011.

ABONOS: 2010 E 2011

A Convenção garante, ainda, segundo acertado em mesa de negociação, abono de 6% sobre o salário do trabalhador, que será pago em única parcela até o 5º dia útil de agosto deste ano. Em fevereiro de 2011, será pago novo abono de 9% sobre o salário dos auxiliares.

Para a presidente do SAEP, Maria de Jesus da Silva, apesar de considerar um "bom acordo", ainda há necessidade de atender muitas reivindicações da categoria.

PRÓXIMAS CAMPANHAS

Mário Lacerda, diretor do SAEP, também chama a atenção para as futuras campanhas de reivindicação da categoria.

"Há muito ainda a conquistar. Para que possamos avançar, é fundamental a mobilização da categoria", ressalta Lacerda.

Ensino Superior

Assembleia desencadeia campanha salarial

Com forte mobilização nas instituições, o SAEP deu início, na segunda quinzena de março, a Campanha de Reivindicações de 2010 do ensino superior. Esse é o momento de união para fortalecer a luta pela conquista de direitos e melhores condições de trabalho e salário.

A assembleia geral extraordinária realizada no dia 20 de março, no auditório da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil) aprovou a minuta de reivindicações apresentada pela direção do Sindicato. Que consiste em:

- Reajuste salarial de 12%;
- Recomposição plena do INPC;
- Abono salarial de 50% do valor da remuneração;
- Piso salarial de R\$ 840 por 40 horas semanais de trabalho;
- Bolsa de estudos integral;
- Auxílio alimentação no valor de R\$ 12 por dia; e
- Seguro pré-aposentadoria.

O sucesso desta campanha depende do seu apoio. Nossas vitórias e conquistas serão do tamanho da sua participação.



DF: crise política e co-responsabilidades

Marcos Verlaine*

O Brasil vive sob regime de democracia representativa. Isto quer dizer que os eleitores são co-responsáveis pelos eleitos – do presidente da República aos vereadores dos menores municípios brasileiros.

A crise no DF deve nos fazer refletir sobre a democracia representativa e a co-responsabilidade dos eleitores, que, grosso modo, também, são responsáveis pelas mazelas de nossa política e detentores de mandatos eletivos. Seja em nível local ou nacional.

Pois bem, feita esta sintética reflexão, cabe dizer que pouco ou nada adianta satanizar a corrupção se não forem explicadas suas origens e consequências. Isto é tão verdadeiro que o ex-governador Joaquim Roriz já aparece liderando as pesquisas de intenção de voto para o governo do Distrito Federal.

Lembrem-se: Arruda é cria de Roriz, foi seu secretário de Obras quando o inacabado metrô do DF começou a ser construído. Arruda seria inclusive candidato ao GDF, em 1994, mas acabou disputando e vencendo a eleição para o Senado, de onde renunciou em razão do escândalo do painel.

Todo o esquema de corrupção que Arruda operava ou chefiava foi criado no governo

Roriz em seus quatro mandatos como governador do DF. Mas isto a imprensa não prioriza esclarecer ao eleitor. Assim, fica parecendo que todas as vigarices denunciadas pelo ex-secretário de Arruda, Durval Barbosa, começaram em 2006, quando o atual governador ganhou as eleições para o GDF.

Não nos esqueçamos que Roriz renunciou ao mandato de senador em 2008 porque se viu enredado em denúncias de corrupção. Sua opção, então, foi sair de cena para não perder os direitos políticos, o que o impediria de concorrer a novo mandato para o GDF já em 2010.

Sem mecanismos para entender o que acontece nos intricados jogos de poder e interesse da política, a maioria dos eleitores, sobretudo aqueles menos esclarecidos, tendem a optar pelo caminho que julgam mais fácil e conveniente – satanizar a política e seus mandatários.

Os mais prejudicados são aqueles que mais demandam a política como meio de resolver seus graves problemas – o povo. Sim, pois, só há um meio de solucionar os graves problemas estruturais de nosso povo – com participação política – associativismo; nos partidos, sindicatos, associação de moradores, de pais, etc.

A democracia representativa

se expressa mais substantivamente pelo parlamento, em suas três esferas – federal, estaduais e municipais. Os eleitores delegam a alguns homens e mulheres que lhes representem na esfera federal, para o Congresso Nacional; na esfera estadual, para as assembleias legislativas; e na esfera municipal, para as câmaras de vereadores.

Desse modo, se o voto for desprovido de alguns compromettimentos básicos como participação e discernimento político e olhar crítico, as possibilidades de erro são infinitamente maiores.

Em geral, grande parte dos eleitores brasileiros votam sem prestar atenção a estes três elementos básicos de uma democracia representativa. Daí a baixa qualidade dos eleitos, que acabam por comprometer a política como instituição da democracia.

A Câmara Legislativa do DF é a expressão desse voto desprovido de olhar mais crítico e acurado. A baixa qualidade de seus representantes está relacionada à baixa qualidade de seus eleitores. É uma relação de causa e efeito. Fechar a Câmara, como defendem alguns, não resolve o problema. Pelo contrário, agrava.

O que se precisa é de um debate mais sério sobre a política e sua necessidade como

ferramenta para luta coletiva e de organização do povo.

Descrentes, muitos eleitores embarcam no vagão do pessimismo e inconscientemente colocam todos que atuam na política, com ou sem mandato, no mesmo balaio daqueles que buscam nesta atividade apenas suprir seus interesses mais mesquinhos.

Estas figuras que se alimentam da politicagem e não da política não têm partido, não seguem programa, não têm coloração ideológica e não servem à causa alguma. Valem-se da despolitização da maioria, se apresentam, em geral, com discurso fácil, sem propostas, e compram os votos disponíveis dos eleitores mais carentes.

A crise política que envolveu o ex-governador do DF, secretários e deputados é mais uma faceta da crise de representação que atinge os partidos e a democracia representativa.

A solução deste problema não passa somente por uma reciclagem moral e ética das nomenclaturas, mas pela revisão crítica da atitude dos eleitores. Afinal, todos os eleitos – ‘bons’ ou ‘ruins’ – são escolhidos pelo soberano voto secreto, direto e universal.

(*) *Jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap*

Conae aprova cotas em universidades para alunos de escola pública



Os delegados da 1ª Conferência Nacional de Educação (Conae) aprovaram, no dia 1º de abril, na plenária final do evento, a proposta que determina a reserva de 50% das vagas de instituições públicas de ensino superior para alunos de escola pública. De acordo com a decisão, a reserva deverá respeitar a proporção de negros e indígenas da população de cada estado.

A proposta foi uma das mais polêmicas da plenária final, mas

acabou sendo aprovada por ampla maioria. O texto diz que o mecanismo deve vigorar por no mínimo dez anos e “ênfatiza a importância” do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como forma de ingresso no ensino superior.

O financiamento da educação e o debate sobre a regulamentação do ensino privado também mobilizou os ânimos da conferência. Primeiro, o setor privado queria aprovar propostas para que o Estado despejasse recursos em seus negócios travestidos de filantropia. Segundo, os empresários insistiram para que a educação continue sendo vendida como mercadoria, sem nenhuma regulação por parte do Estado.

Como em toda conferência, as propostas aprovadas não têm força de lei, mas servem como um indicativo

para as políticas públicas.

No caso da Conae, elas serão diretrizes para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que vai orientar as políticas do setor para os próximos dez anos. O PNE precisa ser aprovado este ano pelo Congresso Nacional para vigorar a partir de 2011.

A CONAE

A conferência reuniu, entre os dias 28 de março e 1º de abril, em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães três mil participantes, que debateram propostas de políticas públicas para educação.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compareceu à plenária final da conferência, e, destacou os avanços no setor de educação, citando a aprovação das emendas constitucionais que criou o Fundeb, que obriga a

União a financiar a educação nos locais que não têm recursos para isso e ampliou esse financiamento da creche ao ensino médio; e o fim da desvinculação da DRU para educação, o que garante mais R\$ 9 bilhões para o setor.

Ele lembrou que não fez universidade, mas foi quem mais investiu em educação, mas diz que não se orgulha disso, tem tristeza pelos que não fizeram. E mais uma vez disse que quer que os que vierem depois deles faça mais do que ele fez.

A presidente do SAEP, Maria de Jesus da Silva acompanhou os debates e destacou “a importância da conferência para a construção de propostas que serão levadas ao Congresso Nacional para serem transformadas em políticas públicas para melhorar a educação brasileira”.